



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Concorrência Pública nº __/2018

ANEXO 03

ELEMENTOS DE PROJETO DAS OBRAS



1. ASPECTOS CONSTRUTIVOS - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas apresentadas neste item tem por objetivo orientar a CONCESSIONÁRIA quanto à tipologia das obras a serem realizadas, cabendo a ela a definição final dos materiais e acabamentos a serem utilizados, desde que mantidos os padrões mínimos a seguir descritos.

As eventuais alterações das normas técnicas aqui citadas deverão ser atendidas pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de toda a CONCESSÃO, mediante avaliação de seu impacto no contrato.

1.1. Condições Gerais

Todas as alterações e obras a serem realizadas deverão obedecer às legislações e normas brasileiras, inclusive aquelas oriundas da Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão, incluindo ambientais, Corpo de Bombeiros e deverão atender a normas de acessibilidade universal NBR 9050.

Os materiais a serem utilizados deverão satisfazer integralmente às especificações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, às determinações das Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) bem como normas e regulamentos de Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais, de Concessionárias (eletricidade, telefonia, água e esgoto, etc), e à legislação relativa à detecção, proteção e combate a incêndio.

Caso necessário deverão ser implantados tapumes e portões provisórios para o acesso da obra por máquinas e equipamentos. A execução do alambrado de fechamento nos limites do terreno, gradis internos, portões e acessos deverão garantir o isolamento da obra do público geral, devendo ser recompostos os trechos de muros e portões existentes eventualmente danificados durante a construção, bem como a respectiva pintura e acabamentos finais, entregando-se tudo em perfeito estado.

As medidas de proteção aos empregados e a terceiros, durante a construção, obedecerão ao disposto nas “Normas de Segurança do Trabalho nas Atividades da Construção Civil”, de acordo com a NR 18 da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho.

Deverão ser adotadas todas as medidas de controle de acesso e segurança das obras, necessárias à proteção e segurança de todo o pessoal envolvido e do público geral. Deverá existir um controle e identificação de todas as pessoas que tenham acesso à obra e ao canteiro.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Quando da limpeza do terreno será vedada a disposição do material retirado em áreas contíguas ou não autorizadas.

Observada toda a legislação vigente, é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a disposição final das demolições das edificações existentes, inclusive os equipamentos e torres do teleférico existente.

Deverão ser tomadas todas as precauções necessárias e indicadas para evitar erosão do solo, degradação ambiental e poluição ambiental do lote e das áreas vizinhas.

Deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para proteção de pessoas quanto a quedas, áreas de risco e outros riscos possivelmente decorrentes da execução das obras.

Deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a proteção de pessoas contra queda de materiais.

Deverão ser seguidas todas as normas pertinentes e em específico:

- NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- NR 18.13 – Medidas de proteção contra quedas de altura.

As obras de terraplenagem deverão contemplar o corte / destoca de eventuais árvores, limpeza da camada vegetal.

A operação de escavação deve ser precedida dos serviços de remoção da vegetação, destocamento e limpeza. O desenvolvimento dos trabalhos deve otimizar a utilização adequada ou rejeição dos materiais extraídos.

Caso seja necessário, o "bota-fora" deverá ser aprovado pelo órgão ambiental responsável.

Deverá ser evitada a queda do material durante o transporte, devendo ser adotadas medidas especiais para prevenir esta ocorrência, bem como a limpeza dos logradouros e áreas prejudicadas, caso isso ocorra.

Os aterros só poderão ser executados com a utilização de material apropriado e adequado, procedente da própria escavação ou de empréstimos de jazidas previamente aprovadas pelos órgãos ambientais responsáveis.

Durante os trabalhos de preparo do terreno deverá ser providenciada a drenagem das águas pluviais de maneira a canalizá-las, sem que causem



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

danos à Terraplanagem executada ou danos de qualquer natureza ao patrimônio público ou meio ambiente.

Para a execução dos serviços deverão ser obedecidas todas as normas técnicas da ABNT atinentes ao assunto, com particular atenção para as seguintes:

- NBR 5681:1980: Controle Tecnológico para a execução de aterros em obras de edificação: (NB-501/1977);
- NBR 6459:1984: Solo - Determinação do Limite de Liquidez (NB-30/1984) ;
- NBR 7180:1984: Solo - Determinação do Limite de Plasticidade (MB-31/1984);
- NBR 7181:1984: Solo - Análise Granulométrica (MB-32/1984);
- NBR 7182:1986: Solo - Ensaio de Compactação (MB-33/1984).

O projeto deverá, se possível, prever sistema de captação de águas pluviais para seu reaproveitamento.

O sistema de iluminação deverá atender toda a legislação vigente para esse tipo de equipamento (Parque Público) em todas as áreas da concessão.

Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela instalação de elevadores, ela deverá obedecer ao disposto nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) através da NBR9050 (Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações) e NBR13994 (Elevadores para passageiros) e às prescrições legais exigidas pelos órgãos legais.

Durante toda e qualquer obra deverá ser realizada limpeza continuamente até seu final.

Deverá ser removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os acessos.

Durante as obras deverão haver baias apropriadas para classificação dos resíduos gerados conforme classes estabelecidas no Art. 3º da Resolução Conama nº 307, conforme segue:

I. Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
 - b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
 - c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;
- II. Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;
- III. Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso; reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.
- IV. Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (nova redação dada pela Resolução nº 348/04).

A destinação final dos resíduos deverá obedecer ao estabelecido no Art. 10º da Resolução Conama nº 307, conforme segue:

- I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

A disposição final dos resíduos deverá ser feita em aterros que atendam às normas e exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, a saber:

- DAIA - Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental,
- DUSM - Departamento de Uso do Solo Metropolitano,
- DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais,
- CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e
- Legislação Municipal pertinente.

As empresas que efetuarem a coleta e o transporte dos resíduos deverão obedecer à Legislação Municipal no que tange ao cadastramento das mesmas.

1.2. Implantação das novas áreas e edificações

As obras de implantação das novas instalações devem seguir as normas técnicas vigentes, bem como o código de obras do município.

Dentre as normas que devem ser seguidas destacam-se, não se restringindo a estas:

- NBR 6118 - Projeto e execução de obras de concreto armado.
- NB 49/73 - Projeto e execução de obras de concreto simples.
- NBR 6122 - Projeto e execução de fundações.
- NBR 7678 - Segurança na execução de obras e serviços de construção.
Deverão ser observados os resultados das sondagens de reconhecimento do subsolo, locação e cargas dos pilares segundo o projeto de estrutura. Os cálices de apoio dos pilares deverão estar no mínimo 60cm abaixo do piso acabado para evitar recalques e trincas.
- NBR 10844 – 1989 Instalações prediais de águas pluviais
- NBR 8800 – 1986 Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios

A estrutura poderá ser em concreto pré-fabricado ou metálica conforme a conveniência e deverá respeitar as todas as normas técnicas pertinentes e em específico:

Concreto:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- NBR 7480 - Barras e fios de aço destinado a armaduras para concreto armado.
- NBR 7211 - Agregados para concreto.
- NBR 5737 - Cimento Portland de moderada resistência a sulfatos e Cimento Portland de alta resistência a sulfatos.
- NBR 7223 - Concreto - determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone.
- NBR 6118 - Projeto e execução de concreto armado.
- NBR 6120 - Cargas para o Cálculo de Estruturas de Edificações.
- NBR 8800 - Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios - método dos estados limites.

Metálica:

- NBR9971 – elementos de fixação dos componentes das estruturas metálicas.
- NBR6152 – material metálico, determinação das propriedades mecânicas da Tração.
- NBR6153 – produto metálico, ensaio de dobramento semiguiado.
- NBR8800 – projeto e execução da estrutura de aço de edifícios, método dos estados- limite.
- NBR6355 – perfis estruturais de aço formados a frio.
- NBR5884 – perfis estruturais soldados de aço.

Todos os sanitários deverão atender às normas da prefeitura e em especial à vigilância sanitária.

As instalações hidráulicas deverão obedecer às seguintes normas da ABNT:

NBR 5626:1982: Instalações Prediais de Água Fria (NB92-1980)

- NBR 5648:1977: Tubos de PVC rígidos para Instalações de Água Fria (EB892/1977)
- NBR 5651:1977: Recebimento de Instalações Prediais de Água Fria (EB-829/1975)



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- NBR 5657:1977: Verificação da estanqueidade à Pressão Interna de Instalações Hidráulicas Prediais de Água Fria (NB-1128/1975)
- NBR 5658:1977: Determinação de Funcionamento das Peças de Utilização de uma Instalação Predial de Água Fria (MB-1129/1975)
- NBR 7198:1993: Projeto e Execução de Instalações Prediais de Água Quente (NB- 128/1993)
- NBR 9256:1986: Montagem de Tubos de Conexão Galvanizados para Instalações Prediais de Água Fria (NB-960/1985)
- NBR 8160:1983: Instalações Prediais de Esgoto Sanitários (NB-19/1983)
- NBR 9649:1986: Projeto de Redes Coletoras de Esgoto Sanitário (NB567/1986)
- NBR 9814:1987: Execução de Rede Coletora de Esgoto Sanitário (NB-37/1986)

Deverá prever sistema de detecção de incêndio e a utilização de sprinkler que atenda a legislação de acordo com o pé direito das edificações e seu uso.

Deverá prever sistema de iluminação de emergência, tipo autônoma, com rotas de fuga e sistema de alarme de incêndio, composto de acionadores tipo quebra vidro e alarme sonoro tipo sirene próximos aos hidrantes e em locais devidamente dimensionados para não ultrapassar a distância máxima de deslocamento.

Deverão ser previstas rotas e saídas de incêndio segundo os critérios atuais de caminhamento.

Sistemas de hidrantes e extintores devem estar presentes em todas as áreas, de acordo com as normas pertinentes.

Deverá contar com um sistema de proteção de descargas atmosféricas, para raios com os respectivos pontos de medição. A malha de aterramento deverá ser composta por cabos de cobre com as respectivas interligações e deverão garantir a equipotencialização. Hastes de aterramento deverão ser instaladas para medição do sistema.

Deverão ser instalada canaletas de contenção, iluminação de emergência e linha telefônica exclusiva para emergências. Todos os cabos e alimentadores deverão ser do tipo antichama. Deverá ser prevista a cogeração de energia,



com geradores a diesel que suporte no mínimo todas as funções de emergência necessárias à segurança do público.

Todas as instalações elétricas deverão atender a legislação e às normas vigentes, em especial:

NBR 5473:1986: Instalação Elétrica Predial (TB-19-27/1986)

1.3. Construção / Implantação de Vagas para Estacionamento de Veículos

O estacionamento deverá prever 3% das vagas para Portadores de Necessidades Especiais de acordo com a NBR9050.

Poderá ser destinada área específica nos estacionamentos para uso da equipe da CONCESSIONÁRIA e de fornecedores.

2. ÁREA DA PRAÇA DO PARQUE CAPIVARI

Área da Praça: passará por uma completa reformulação para a devida adequação com o novo projeto previsto. O detalhamento das intervenções mínimas com as devidas plantas e o projeto de referência, encontra-se descrito a seguir:

- Remoção de todos os chalés que são: do 02 ao 21 – área de 350m²; M, L, K – área de 154m²; do 29 ao 44 e galpão - área de 550m²; área 1 próxima à Estação Emílio Ribas Histórica; do 22 ao 28, wc – área de 357m², totalizando uma área de 1.496m²;
- Remoção das Casas dos Funcionários (na esquina da rua Eng. Diogo José de Carvalho e Praça Castro Alves) e Chalés 63 e 68 (Rua Eng. Diogo José de Carvalho);
- Remoção do playground existente;
- Execução de novo piso em uma área mínima de 6000m²;
- Execução de ajardinamento em uma área mínima de 3000m²;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Execução da limpeza e implantação de pavimento da Área "H" (vide figura 1 – Anexo 1) próxima a Oficina com aproximadamente 760m² que poderá ser destinada para local de eventos;
- Implantação de lojas distribuídas ao longo de toda a praça, podendo ser implantada em blocos ou individuais com área mínima de cada loja de 10,00 m² e área total (soma de todas as lojas) de 260,00 m²;
- Área técnica e administrativa (gerência, áreas técnicas, área de treinamento, copa para funcionários, depósito, casa de máquinas, almoxarifado, recursos humanos, departamento financeiro, oficina etc.) com área mínima de 790,00 m²;
- Bilheteria com área mínima de 15,30 m²;
- Enfermaria com área mínima de 7,00 m²;
- Guarda volume com área mínima de 11,00 m²;
- Área de atendimento aos usuários (coberta) com área mínima de 250,00 m²;
- Implantação de sanitários e fraldários (no mínimo 1 fraldário): 3 locais distintos com área total (soma de todos os sanitários) de no mínimo 150,00 m²;
- Remoção da atual bilheteria e entrada do teleférico com áreas de 10 m² e 90 m² respectivamente e construção de nova estação de embarque / bilheteria;
- Implementação do serviço de pedalinho, com a execução de novo "Deck" do lago, numa extensão de 100m por 2m, aumentando a estrutura básica para operação e manutenção;
- Implantação de um palco multi-uso com uma área mínima de palco de 200,00 m², contendo camarins e banheiros para os músicos com área mínima de 35m² e coxia/depósito com área mínima de 50,00m²;
- Implantação de área livre para plateia do palco multi-uso com 2100,00 m² e arquibancadas/assentos com área mínima de 260,00m²;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

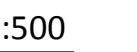
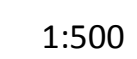
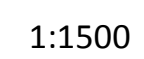
- Execução de uma interligação do Parque Capivari com a Praça São Benedito (Rua Eng. Diogo José de Carvalho) contendo rampas de acesso, “traffic calming” e soluções urbanísticas que valorizem a integração dos dois atrativos;
- Construção de estacionamentos nas áreas A, G e F (vide Anexo I - figura 01 e planta 01/06 – Implantação Geral) para implantação.

3. ÁREA DO TOPO DO MORRO DO ELEFANTE

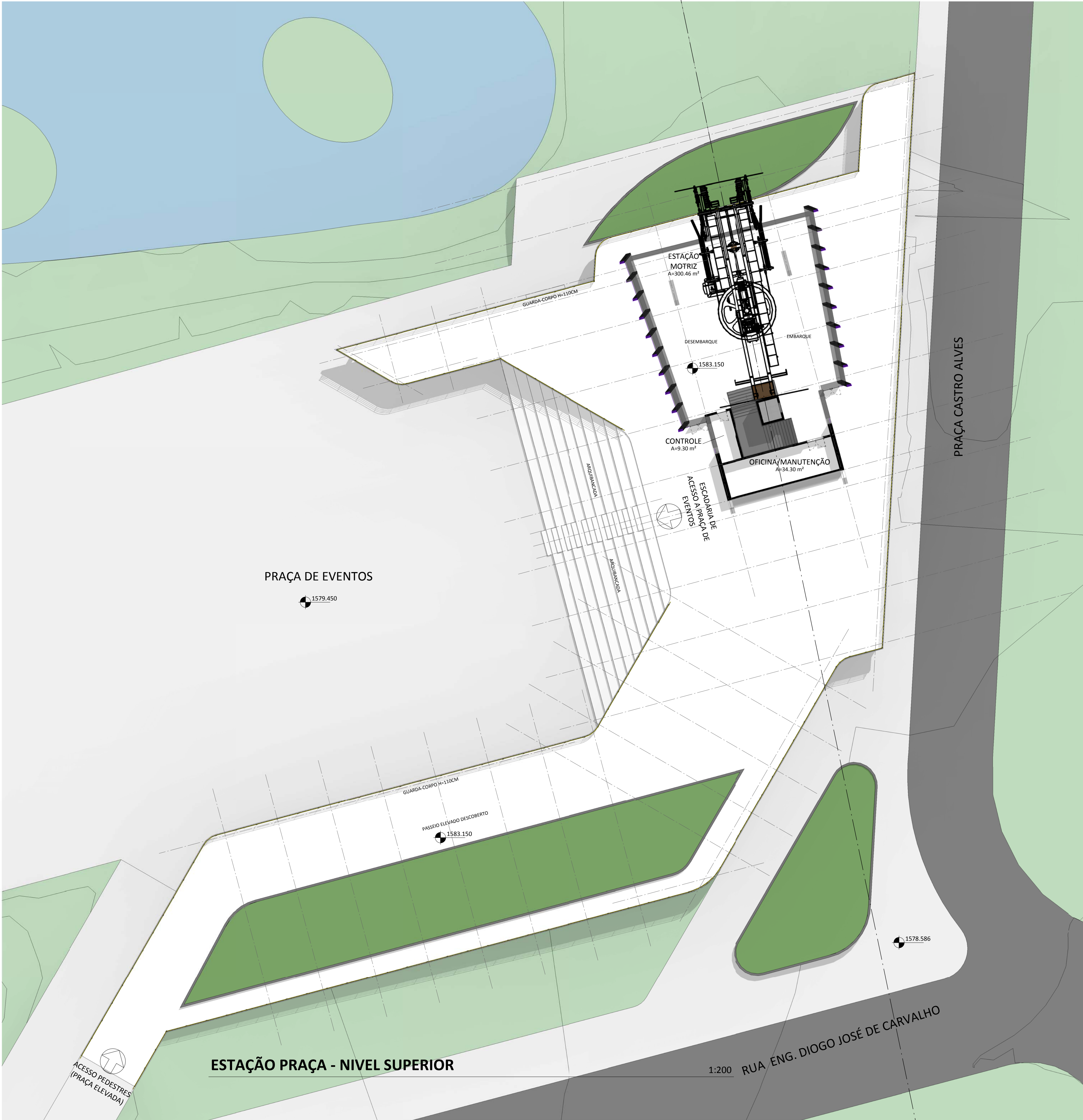
A reforma e a adequação do Morro do Elefante deverão ser realizadas de acordo com o projeto de referência com as devidas plantas ou de acordo com proposta a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA (quando do desenvolvimento do projeto executivo sob sua responsabilidade), desde que contenha no mínimo os seguintes itens:

- Local destinado a sanitários e fraldários (no mínimo 1 fraldários): 2 locais distintos com área total (soma de todos os sanitários) de 71,50 m²;
- Área coberta com área interna disponível para eventos e exposições de 395,00 m²;
- Lojas distribuídas ao longo do local, podendo ser implantadas em blocos ou individuais com área mínima de cada loja de 10,00 m² e área total (soma de todas as lojas) de 189,00 m² e restaurantes (café) 200,00 m²;
- Área técnica e administrativa (áreas técnicas, copa para funcionários, depósito, casa de máquinas, almoxarifado, oficina etc.) com área mínima de 220,00 m²;
- Bilheteria com área mínima de 21,00 m²;
- Enfermaria com área mínima de 7,00 m²;
- Área de atendimento aos usuários (coberta) com área mínima de 126,00 m²;
- Belvedere.

4. PLANTAS COM O DETALHAMENTO DO PROJETO







01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autoriais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

02. Declaro que as informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.

03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.

04. As áreas úmidas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc., deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.

05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.

06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado arquiteto responsável.

MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NAOYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC
ENDEREÇO: BARRA SUL,
BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

-ESTAÇÃO PRAÇA - NIVEL SUPERIOR

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC
06/10/2017 10:57:34

Disciplina / Fase do projeto: Prancha:
AR-EP 03-06



ESTAÇÃO ELEFANTE - NIVEL INFERIOR

1:200

Section 3
01

01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autoriais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.
02. Declaro que as informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.
03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.
04. As áreas úmidas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc, deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.
05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.
06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado projeto executivo.

MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NAOYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBÓRIU, SC

ENDEREÇO: BARRA SUL,
BALNEÁRIO CAMBÓRIU

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

ESTAÇÃO MORRO NIVEL INFERIOR

BALNEÁRIO CAMBÓRIU, SC

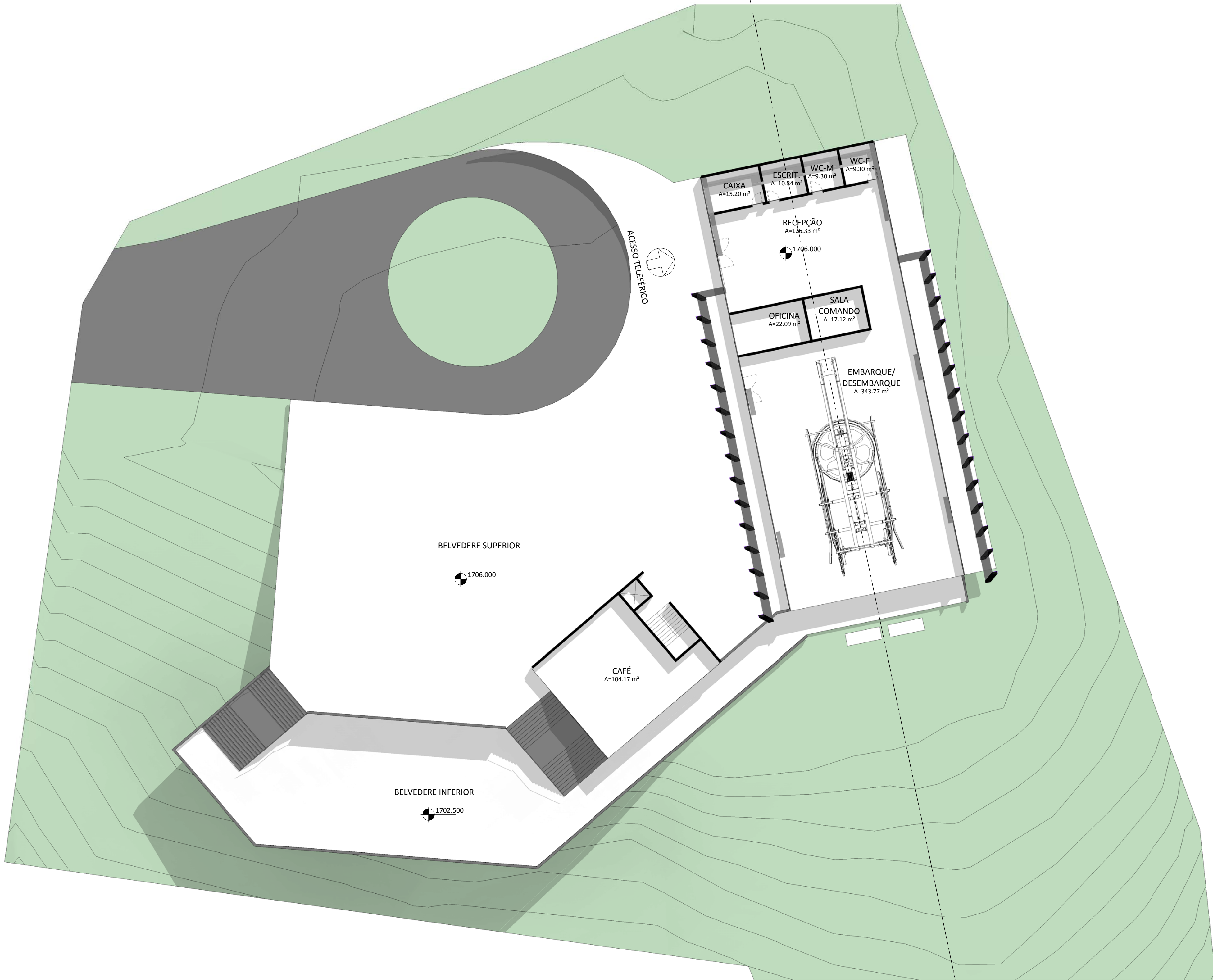
06/10/2017 10:57:49

Disciplina / Fase do projeto:

AR-EP

Prancha:

04-06



ESTAÇÃO MORRO - NIVEL SUPERIOR

1:200

Section 3
01

01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autoriais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.
02. Declaro que as informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.
03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.
04. As áreas úmidas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc., deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.
05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.
06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado projeto executivo.

MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER
CAU/SC: A38879-3
CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARQ. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARQ. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARQ. NAOYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC
ENDEREÇO: BARRA SUL, BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO
CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

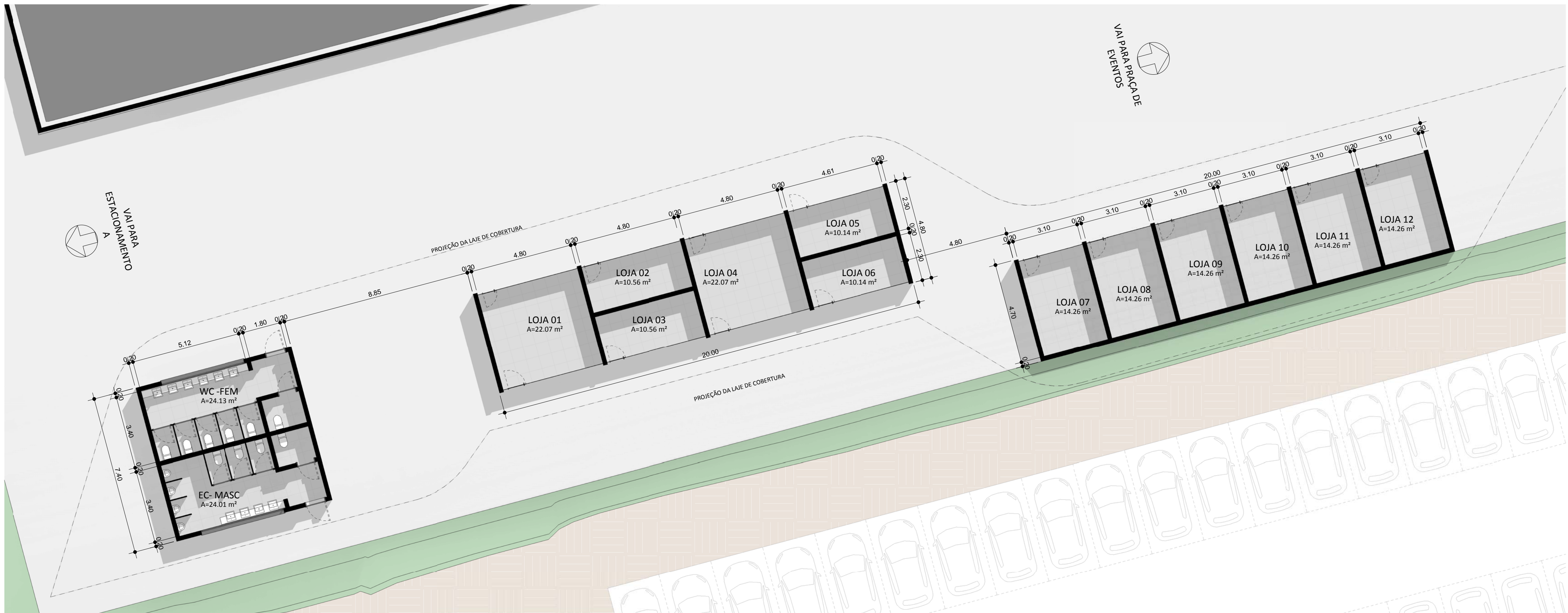
CONTEÚDO DA PRANCHA

-ESTAÇÃO MORRO NIVEL SUPERIOR

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC
06/10/2017 10:58:07

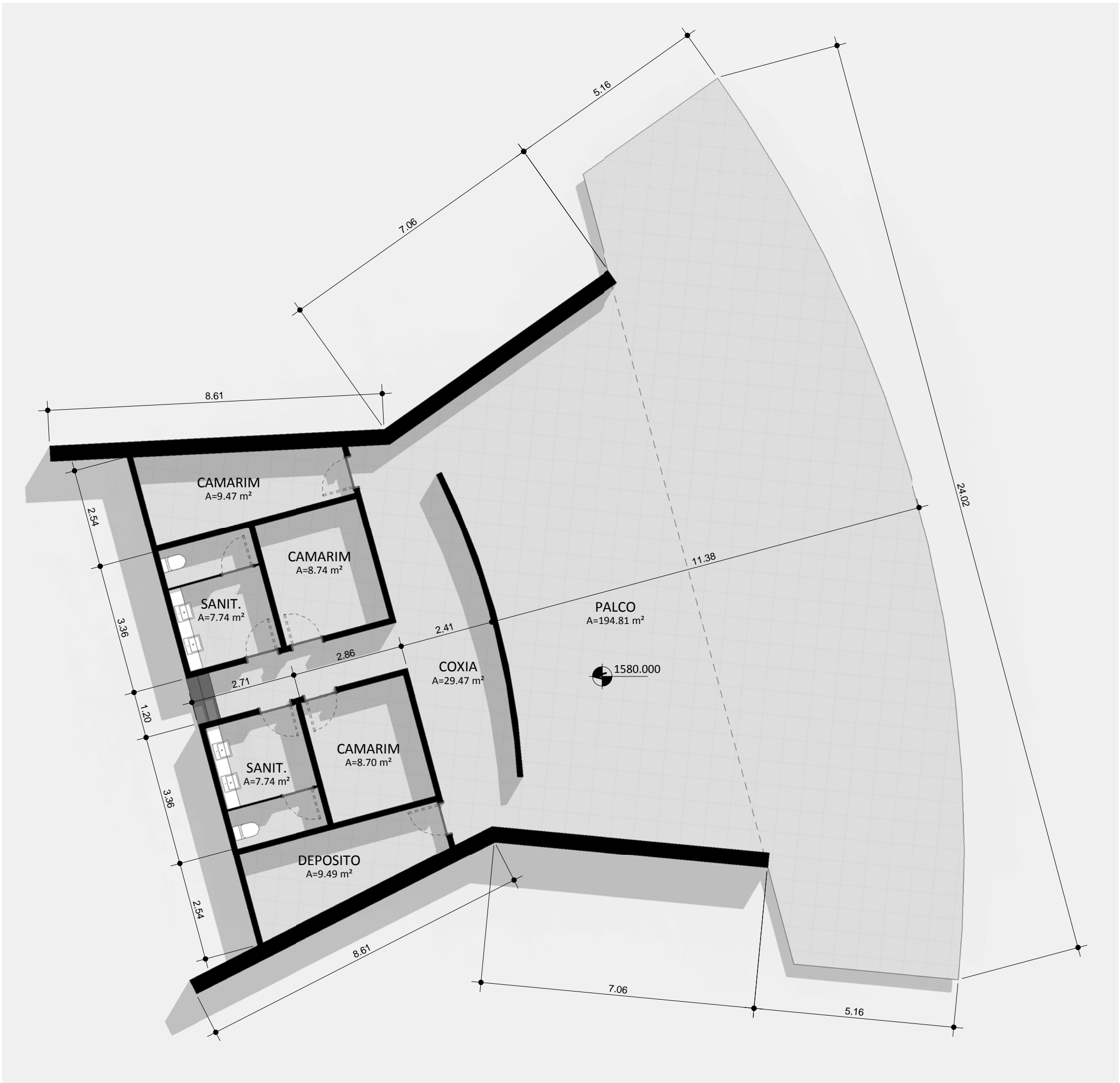
Disciplina / Fase do projeto: Prancha:

AR-EP 05-06



LOJAS E SANITÁRIO

1:125



ANFITEATRO

1:100

MDPLAN
ARQUITETURA

RUA 1131, 225, SALA 02 • 88330-786 • BC, SC • (47) 3268 1552

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ARO. PAULO EDUARDO MAYER

CAU/SC: A38879-3

CONTATO: +55 (47) 9172 7291 | paulo@mdplan.com.br

EQUIPE TÉCNICA

ARO. PAULO EDUARDO MAYER	CAU A38879-3
ARO. GRAZIELA DONATO	CAU A39351-7
ARO. NAOYUKI KIMOTO	CAU A36902-0

TELEFÉRICO CAMPOS DO JORDÃO

CIDADE: CAMBORIÚ, SC

ENDEREÇO: BARRA SUL,

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

PROPRIETÁRIO

TEDESCO TURISMO

CNPJ/CPF: 25.162.928/0001-01

CONTEÚDO DA PRANCHA

SANITÁRIO E LOJAS DE APOIO

ANFITEATRO

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC

06/10/2017 10:58:23

Disciplina / Fase do projeto:

AR-EP

Prancha:

06-06

01. Alterações no projeto arquitetônico deverão ser comunicadas ao arquiteto. Direitos Autoriais protegidos pela Lei n.º 9610 de 19 de fevereiro de 1998.
02. Declaro que as informações e os cálculos das áreas contidas neste projeto são verdadeiras e de total responsabilidade do autor do mesmo.
03. Declaro que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da prefeitura, do direito de propriedade do terreno.
04. As áreas úmidas tais como banheiros, lavabos, cozinha, lavanderia etc., deverão prever revestimento impermeabilizante ou cerâmico até o teto.
05. Conferir medidas em obra. Em caso de divergência, no desenho, entre cota e escala, prevalecem as cotas.
06. Para cumprimento das exigências da NBR 15575/2013 deverá ser contratado projeto executivo.